

## ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO COMITÊ DO ITAJAÍ

1 Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e um, reuniram-se nas dependências  
2 do Auditório Willy Sievert no Pavilhão B da PROEB, sito na Rua Alberto Stein, 199, no  
3 município de Blumenau, os membros do Comitê do Itajaí e demais convidados. Dando  
4 início aos trabalhos foi composta a mesa por Sr. Hans Prayon – Presidente do Comitê, Dr.  
5 José Galvani Alberton – Procurador Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, Sra.  
6 Magrit Krueger – Prefeita de Pomerode representando a Associação dos Municípios do  
7 Médio Vale Sr. Horst Gerard Purnhagen – Prefeito de Taió representando a Associação  
8 dos Municípios do Alto Vale, Sr. Roberto da Silva – Prefeito de Ilhota representando a  
9 Associação dos Municípios da Foz do rio Itajaí, Dr. Vitor Hoefflich, Chefe da EMBRAPA  
10 Florestas, Profa. Dra. Beate Frank – Vice Presidente do Comitê, Eng. Oscar José Graf,  
11 Secretário Executivo do Comitê, Vereadora Maria Juçara Pamplona, membro da Comissão  
12 Consultiva do Comitê. Após a composição da mesa foi procedida à execução do Hino  
13 Nacional. O Sr. Hans Prayon iniciou saudando as autoridades presentes e agradeceu a  
14 presença de todos. Ressaltou a importância do trabalho do Comitê como sendo um  
15 trabalho de demonstração de cidadania, atuando de forma democrática em prol das  
16 necessidades prementes na bacia do rio Itajaí citando como exemplo o Programa da  
17 Recuperação da Mata Ciliar. Dando seqüência aos trabalhos, o Sr. Hans Prayon propôs a  
18 alteração da ordem do dia: inversão do item 6: a assinatura do protocolo de intenções pelo  
19 item 2: informes gerais. Esta proposição foi aprovada por unanimidade: assinatura do  
20 protocolo de intenções passa a ser o item dois e informes gerais passam a ser o item seis.  
21 **Primeira ordem do dia** – o presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata  
22 considerando que todos os membros a receberam previamente. Dispensa aprovada por  
23 unanimidade. A ata foi colocada em discussão: o Engenheiro Amilton, membro ocupante  
24 do assento número XX solicitou a retificação do nome do Porto de Itajaí de ADHOC para  
25 Superintendência do Porto do Itajaí. Não havendo mais nenhuma manifestação, foi  
26 aprovada por unanimidade. **Segunda ordem do dia** – a Professora Beate Frank, vice-  
27 presidente, apresentou o Protocolo de Intenções mencionando que este foi aprovado na  
28 Assembléia Geral Extraordinária de primeiro de agosto do corrente ano em Pomerode e  
29 para que fique claro a todos, foi apresentado e lido aos presentes. A Professora Beate  
30 ressaltou que por recomendação do assessor jurídico do Comitê Dr. Armando Heringer,  
31 devem assinar o protocolo de intenções apenas titulares das organizações, ou seja,  
32 prefeitos no caso dos municípios e dirigentes no caso das outras organizações. Sendo  
33 assim, os representantes de prefeitos ou dirigentes que estiverem presentes deverão  
34 manifestar a intenção de seus representados quanto à adesão ao protocolo de intenções  
35 para que conste em ata e posteriormente assiná-lo. Antes da assinatura do protocolo  
36 passou-se a palavra ao Procurador Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina Dr. José  
37 Galvani Alberton - “Acredito que nós estamos hoje conduzindo aqui um ato de um alcance  
38 cultural e político talvez sem precedentes na história de Santa Catarina e, quem sabe, do  
39 Brasil. Estamos nos despojando dos nossos egoísmos pessoais e corporativos e com  
40 desprendimento estamos nos integrando na defesa de um bem que não é de nenhum de  
41 nós porque é de todos. Eu creio que estamos inaugurando aqui um novo modelo de gestão  
42 política para o futuro do país. O modelo que, ao nosso modo de ver, tem tudo com o novo  
43 milênio. Estamos aqui reaprendendo a solidariedade, reaprendendo a dar as mãos e  
44 desenvolvendo talvez, a melhor e a maior de todas as tecnologias: a tecnologia do abraço  
45 cívico e a tecnologia da partilha.” A mestre de cerimônia passa a fazer a chamada nominal  
46 por ordem alfabética dos municípios: **Agrolândia**: representante do Prefeito Paulo Cezar

47 Schlichting manifesta a intenção de adesão; **Agrônômica**: representante do Prefeito José  
48 Angelo Mirini manifesta a intenção de adesão; **Alfredo Wagner**: representante do prefeito  
49 Sérgio Biasi Silvestri manifesta a intenção de adesão; **Apiúna**: representante do prefeito  
50 Roberto Schulz manifesta a intenção de adesão; **Ascurra**: prefeito Aleandro Bastião  
51 Silvestre questiona se há algum ônus financeiro para o município. A professora Beate  
52 responde que o protocolo em si não representa ônus financeiro para os municípios e que a  
53 busca de recursos será por parte do comitê e já está sendo encaminhado junto a órgãos  
54 estaduais e federais. O prefeito assina o protocolo. **Atalanta**: representante do prefeito  
55 José Chiquetti manifesta a intenção de adesão; **Aurora**: representante do prefeito José  
56 Matias Neckel manifesta a intenção de adesão; **Benedito Novo**: o prefeito Laurino Dalke  
57 assina o protocolo; **Blumenau**: representante do prefeito Décio Neri de Lima manifesta a  
58 intenção de adesão; **Botuverá**: sem representante; **Braço do Trombudo**: representante  
59 do prefeito Nilo Barni manifesta a intenção de adesão; **Brusque**: representante do prefeito  
60 Ciro Roza menciona que já estão implantando o Programa de Recuperação da Mata Ciliar  
61 e o Protocolo está sendo analisado pelo setor jurídico da prefeitura; **Chapadão do**  
62 **Lageado**: representante do prefeito Antonio Bizatto manifesta a intenção de adesão; **Dona**  
63 **Emma**: prefeito Elimar Eltermann assina o protocolo; **Doutor Pedrinho**: prefeito Aderbal  
64 Viviani assina o protocolo; **Gaspar**: prefeito Pedro Celso Zuchi assina o protocolo;  
65 **Guabiruba**: prefeito Guido Antonio Kormann assina o protocolo; **Ibirama**: representante do  
66 prefeito Genesio Ayres Marchetti manifesta a intenção de adesão; **Ilhota**: prefeito Roberto  
67 da Silva assina o protocolo; **Imbuia**: representante do prefeito Antonio Oscar Laurindo  
68 manifesta a intenção de adesão; **Indaial**: representante do prefeito Olímpio José Tomio  
69 manifesta a intenção de adesão; **Itajaí**: representante do prefeito Jandir Bellini manifesta a  
70 intenção de adesão; **Ituporanga**: sem representante; **José Boiteux**: sem representante;  
71 **Laurentino**: representante do prefeito Arduino Nardelli manifesta a intenção de adesão;  
72 **Lontras**: sem representante; **Luis Alves**: representante do prefeito Erico Gielow Neto  
73 manifesta a intenção de adesão; **Mirim Doce**: representante do prefeito Henrique Peron  
74 manifesta a intenção de adesão; **Navegantes**: sem representante; **Petrolândia**:  
75 representante do prefeito Valdemar Fortkamp manifesta a intenção de adesão; **Pomerode**:  
76 prefeita Magrit Krueger assina o protocolo; **Pouso Redondo**: representante do prefeito  
77 Hans Fritsche manifesta a intenção de adesão; **Presidente Getúlio**: representante Do  
78 prefeito Jaci José Bortolon manifesta a intenção de adesão; **Presidente Nereu**:  
79 representante do prefeito Vanderlei Voltolini manifesta a intenção de adesão; **Rio do**  
80 **Campo**: sem representante; **Rio do Oeste**: representante do prefeito Valcir Leopoldo  
81 Nardelli manifesta a intenção de adesão; **Rio do Sul**: representante do prefeito Jailson  
82 Lima; **Rio dos Cedros**: prefeito Marildo Domingos Felippi assina o protocolo; **Rodeio**:  
83 representante do prefeito Antonio José Venturi manifesta a intenção de adesão; **Salete**:  
84 representante do prefeito Ademir Nichues manifesta a intenção de adesão; **Santa**  
85 **Terezinha**: sem representante; **Taió**: prefeito Horst Gerhard Purnhagen assina o protocolo;  
86 **Timbó**: representante do prefeito Waldir Ladehoff manifesta a intenção de adesão;  
87 **Trombudo Central**: sem representantes; **Vidal Ramos**: sem representante; **Vitor**  
88 **Meirelles**: prefeito Aldo Schneider assina o protocolo; **Witmarsun**: sem representante;  
89 **Balneário Camboriú**: representante do prefeito Leonel Arcângelo Pavan manifesta a  
90 intenção de adesão. Passando então para as outras organizações: **UNIVALI**: sem  
91 representante; **Polícia Militar de Santa Catarina - Companhia de Polícia de Proteção**  
92 **Ambiental**: representante manifesta intenção de adesão; **FATMA – Fundação do Meio**  
93 **Ambiente**: representante do Diretor Geral manifesta intenção de adesão; **EMBRAPA –**  
94 **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Florestas**: o chefe geral Vitor Afonso  
95 Hoeflich assina o protocolo; **EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão**  
96 **Rural de Santa Catarina S.A.**: representante manifesta intenção de adesão; **FUNAI** -

97 **Fundação Nacional do Índio – Regional de Curitiba:** sem representante; **FAEMA –**  
98 **Fundação Municipal do Meio Ambiente:** José Constantino Sommer assina o protocolo;  
99 **FURB- Universidade Regional de Blumenau:** Pró-Reitor de Extensão e Relações  
100 Comunitárias Roberto Diniz Saut assina o protocolo; **CASAN – Companhia de Águas e**  
101 **Saneamento de Santa Catarina:** representante do Presidente manifestação a intenção de  
102 adesão; **CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina:** Pedro Inácio Bornhausen  
103 representando a Diretoria manifesta à intenção de adesão; **UNIDAVI – Universidade para**  
104 **o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí:** sem representante; **FEBE - Fundação**  
105 **Educacional de Brusque:** sem representante; **ANA – Agência Nacional de Águas:** sem  
106 representante; **CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de**  
107 **Santa Catarina:** sem representante; **APREMAVI – Associação de Preservação do Meio**  
108 **Ambiente do Alto Vale do Itajaí:** sem representante; **Caixa Econômica Federal:** sem  
109 representante; **Ministério Público Estadual:** o Procurador Geral de Justiça de Santa  
110 Catarina Dr. José Galvani Alberton assina o protocolo; **Coordenadoria de Defesa do**  
111 **Meio Ambiente:** O Coordenador de Defesa do Meio ambiente Dr. Alexandre Herculano  
112 Abreu assina o protocolo. Fica aberta a palavra para novas adesões ao protocolo de  
113 intenções: o **SAMAE- Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto** na pessoa de  
114 seu presidente Gunther Burn adere e assina o protocolo de intenções; a **Prefeitura**  
115 **Municipal de Piçarras** na pessoa de seu prefeito Umberto Luiz Teixeira adere e assina o  
116 protocolo. Encerram-se as assinaturas dos parceiros e o Sr. Hans Prayon na qualidade de  
117 presidente do Comitê assina o protocolo de intenções. A palavra passa ao Sr. Vitor  
118 Hoeflich que ressalta a importância deste programa que, de um modo geral, visa à  
119 melhoria da qualidade de vida. A participação da EMBRAPA, uma empresa de pesquisa,  
120 no programa vem oferecer seus conhecimentos ao programa. Destaca que o sucesso do  
121 programa depende do atrelamento a três grandes componentes: a pesquisa, o fomento de  
122 extensão e o ensino. São ações indissociáveis. O comitê demonstrou que ele tem  
123 interesse que essas ações sigam irmanadas. Iniciando com os Cursos de capacitação. Um  
124 programa, um protocolo de intenções ele não traz sua razão de ser se ele efetivamente  
125 não se concretizar em ações que resolvam os problemas. Espera-se que não seja apenas  
126 um Protocolo de intenções. Quer deixar publicamente o compromisso de oferecer a efetiva  
127 cooperação da EMBRAPA Florestas no sentido de viabilizar condições de trabalho.  
128 Entende que o sucesso do empreendimento desta natureza só ocorrerá se houver o  
129 comprometimento efetivo das instituições e das pessoas que as compõem. Congratula o  
130 Comitê pela iniciativa e a todos que participam pelo importante esforço ao afiançar o seu  
131 compromisso de participação e do desejo de mudança da realidade atual em benefício das  
132 gerações futuras. E agradece a oportunidade de participação nesta atividade que tem com  
133 garantia promover o nome do Brasil no conceito internacional no contexto da ciência. •  
134 Desfaz-se a mesa de autoridades para compor a mesa de trabalho que dará seqüência a  
135 ordem do dia. Permanece a mesa: Sr. Hans Prayon – presidente, Professora Doutora  
136 Beate Frank - vice presidente, Engenheiro Oscar José Graf – secretário Executivo e a  
137 Senhora Maria Juçara Pamplona – membro da Comissão Consultiva. **Terceira ordem do**  
138 **dia:** Deliberação sobre a alteração do artigo vinte e cinco do regimento interno. O  
139 Engenheiro Oscar Graf apresenta aos presentes a proposta de alteração do referido artigo.  
140 O presidente coloca em discussão. Não houve manifestação. Colocado em votação foi  
141 aprovado por aclamação. **Quarta ordem do dia:** votação do nono membro da comissão  
142 consultiva conforme acordado na Assembléia Extraordinária de primeiro de agosto em  
143 Pomerode. A Senhora Maria Juçara Pamplona solicita aos membros titulares presentes  
144 que representem os órgãos públicos do baixo vale e que estejam dispostas a colaborar  
145 com a Comissão Consultiva que se candidatem. A senhora Luzia Scarduelli membro  
146 representando a FATMA apresentou-se como candidata. Não havendo outros candidatos

147 colocou-se em votação. Eleita por aclamação. **Quinta ordem do dia:** discussão sobre o  
148 Sistema de Prevenção e Controle de Cheias: Manifestação de Órgãos Federais sobre  
149 Rede Telemétrica ANA/ANEEL – prejudicado pela ausência das instituições. **Sexta ordem**  
150 **do dia:** informes gerais. Engenheiro Guilherme da Secretaria de desenvolvimento e Meio  
151 Ambiente informa que a partir da audiência pública do dia doze sobre a questão da  
152 telemetria no Vale do Itajaí e sobre monitoramento hidrológico a Secretaria já vinha em  
153 acordo com a ANA – Agência Nacional de Águas visando estabelecer um convênio de  
154 parceira de cooperação técnica para o repasse desta operação para o Estado. Em função  
155 disto, no mais tardar no começo de dezembro já deverá ser assinado este convênio onde a  
156 responsabilidade de toda a operação e manutenção das estações de hidrometria, que já  
157 estavam com o Governo do Estado, se junta à telemetria que passará a ser operado pela  
158 Secretaria de Estado através da EPAGRI, ou seja, passa a ser estadualizado a questão da  
159 telemetria. • Próximo informe: Salto Pilão. O Sr. Hans Prayon informa que o Comitê  
160 entregou requerimento em conjunto com várias instituições ao Dr. Brandão – Procurador  
161 da República, pedindo que cuide do andamento certo e correto do projeto Salto Pilão. “O  
162 Comitê tem responsabilidade sobre este projeto. Nós assinaremos se estamos de acordo  
163 ou não. O Comitê não tem opinião contra ou a favor. O Comitê faz questão que todas as  
164 decisões estejam dentro da lei. Opinião não só do Comitê, mas também do Procurador da  
165 República e do Governador do Estado, segundo conversa pessoal com este. Um dos  
166 grandes problemas constatados nas duas audiências públicas e que foi questionado é a  
167 vazão remanescente que não corresponde ao que diz na lei, que é de oitenta (80) por  
168 cento da vazão inicial mínima mensal medida por dez anos. E paralelamente o Comitê vai  
169 trabalhar em cima do projeto Salto Pilão. Pois até hoje o comitê não havia recebido o  
170 projeto da Celesc para análise. Este projeto foi entregue hoje, completo, pela CELESC –  
171 Centrais Elétricas de Santa Catarina que é um dos parceiros e a concessão são da ANEEL  
172 – Agência Nacional de Energia Elétrica, por isto o requerimento foi entregue ao Procurador  
173 da República e não do Estado.” O Sr. Prayon deixou a palavra livre caso haja dúvidas ou  
174 questionamentos a serem feitos permanecendo a disposição para respondê-las. O prefeito  
175 de Taió – Sr. Horst Purnhagen requereu a palavra. Mencionou que como morador das  
176 margens do rio Itajaí, conhece-o desde criança, sabe como o rio era e como é hoje. Sabe  
177 que durante quarenta (40) por cento do ano não tem capacidade de gerar energia elétrica,  
178 mesmo que alcance uma queda muita grande. Sugere tratar-se este assunto após esgotar  
179 todas as possibilidades de produção de energia elétrica no rio Pelotas e no rio Uruguai,  
180 onde tem vinte e duas usinas projetadas, muitas das quais em construção e outras em  
181 operação. A usina de Salto Pilão só virá a estragar muito da nossa ecologia, enquanto em  
182 outros lugares, onde pouco se tem a preservar ou pouco valor se dá ecologicamente e  
183 muito tem a ser feito em termos de usinas de energia elétrica. Seguramente a  
184 potencialidade de produção de energia elétrica destes rios deve superar em mil vezes a  
185 capacidade do nosso rio, cujo custo é enorme com sete quilômetros de túneis e  
186 escavações em rochas. Gostaria que as pessoas analisassem que não adianta ter muita  
187 energia quando todos têm e sim interessa ter energia quando e onde não tem e estas  
188 podem buscar nos rios Pelotas, Uruguai, e nos afluentes do rio Chapecó. E ali a  
189 construção destas usinas seria com um custo bem inferior. Os técnicos e governantes  
190 deixem de desperdiçar tempo com o Projeto Salto Pilão e o ocupem-se com outros  
191 assuntos de maior prioridade. • Próximo Item: Engenheiro Luiz Braga Martins falará sobre  
192 as barragens. Em nome da Secretaria de Estado de Transportes e Obras – Departamento  
193 de Edificações e Obras Hidráulicas menciona a responsabilidade de cooperar na  
194 manutenção e recuperação das barragens do Alto Vale do Itajaí. Entregou ao Sr. Prayon  
195 cópias do Boletim de operações das barragens e cheias nas cidades do Vale do Itajaí em  
196 Outubro de dois mil e um. Em relação às barragens menciona que o Governo do Estado as

197 vem mantendo com muito esforço e que já investiu cerca de quinhentos e cinqüenta mil  
198 reais (R\$ 550.000,00) nos últimos três anos e que este valor representa o dobro da  
199 contrapartida exigida pelo Governo Federal que só repassou a metade do valor do  
200 convênio firmado. A liberação da segunda parcela do convênio em torno de cento e  
201 cinqüenta mil reais (R\$ 150.000,00) está prevista para recuperação das barragens. A  
202 manutenção básica tem sido feita, permitindo que haja operação com bastante eficiência.  
203 Temos que saber que as barragens têm uma capacidade limitada e o que se verificou na  
204 última enchente, em 30 de setembro, as barragens de Taió e Ituporanga verteram. Trata-  
205 se de operação muito bem estudada, utilizando equações e vazões que cada comporta  
206 permite. Conseguimos laminar o vertedouro, mantendo as barragens vertendo sob  
207 controle. Onde a lâmina do vertedor não ultrapassou limites incontroláveis e apesar dela  
208 ter vertido não houve conseqüências mais graves. Com relação à barragem Norte, ela  
209 possui o dobro da capacidade das duas outras barragens, pois acumula trezentos e  
210 cinqüenta e sete milhões de metros cúbicos. Na enchente de setembro de noventa e nove  
211 foi o recorde de acumulação desta barragem com quarenta e cinco por cento de seu  
212 volume e nesta enchente acumulou apenas trinta e cinco por cento. Ela tem um  
213 fechamento estratégico porque conseguiu deter a onda de cheia aqui em Blumenau e  
214 demonstra claramente a influência direta sobre Blumenau. Estamos vivendo um episódio  
215 recente que é a ocupação da barragem pela comunidade indígena e isso nos causa  
216 preocupação porque eles nos obrigaram a abrir duas tulipas da barragem, as quais foram  
217 fechadas anteriormente. O DEOH apresenta uma nova proposta de implantação de  
218 operação das comportas da Barragem Norte, onde as mesmas permanecerão  
219 permanentemente fechadas nos períodos de estiagem, não sendo mais necessárias  
220 manobras de fechamento quando ocorrerem chuvas fortes e os níveis do reservatório  
221 aumentar. Tais comportas eram mantidas abertas durante vazões baixas por  
222 recomendação do extinto DNOS, através de acordo feito junto à reserva indígena e demais  
223 comunidades ali localizadas, devido a inundações provocadas em áreas e acessos da  
224 reserva.. Hoje o Secretário da Justiça Dr. Paulo César iria apresentar um compromisso  
225 atendendo todas as reivindicações da comunidade indígena dentro daquelas que foram  
226 apresentadas na Audiência Pública, dentro da competência do Estado. O que compete ao  
227 Governo Federal não houve resposta ainda do Ministério da Integração Nacional, no qual  
228 as barragens são ainda patrimônio da União. É uma ocupação pacífica, porém nos causa  
229 preocupação. Com relação à parte técnica, todos os problemas que existem estão  
230 realmente identificados, dependendo de recursos para melhoraria do sistema • O Sr.  
231 Christoph Platzer através do convênio FATMA/GTZ apresenta o roteiro da cobrança pelo  
232 uso da água que será desenvolvido junto com o grupo de trabalho instalado no Comitê. A  
233 água e os corpos de água são bens de todos e é preciso haver um consenso nisso. Para  
234 isso o Comitê da Bacia foi criado. E para preservar uma bacia precisa-se de investimentos  
235 significativos, especialmente quando a gente fala de barragens por exemplo. E  
236 financiamentos não podem ser obtidos, pelo menos hoje em dia, sem uma prova de  
237 refinanciamento. Para isso é inevitável apresentar alguma forma de retorno assegurada  
238 através da cobrança pelo uso da água. O Sr. Prayon deu um exemplo muito bom que é o  
239 aluguel da água. Mas neste sentido aqui é uma cobrança onde eu pago pelo uso das  
240 águas ou pelo corpo receptor, lançando água no corpo receptor para transportar a água  
241 para o mar. À cobrança é voltada somente para a Bacia, ou seja, os recursos aqui  
242 arrecadados, aqui seriam aplicados. E o mais importante é que o Comitê é quem vai  
243 decidir a aplicação dos recursos oriundos da cobrança. Precisa-se de uma cobrança para  
244 que o Comitê não se torne totalmente dependente de recursos da União e do Estado, sem  
245 possibilidade de ação própria e pelo fato de que sem cobrança não será possível o Comitê  
246 participar do programa de despoluição das Bacias da ANA. Este programa diz bem claro

247 que a deliberação de comitês estabelecendo critérios e o cronograma para a cobrança  
248 pelo uso da água na bacia é uma das condições para habilitação ao empreendimento. O  
249 Comitê já decidiu que deverá ser aplicado uma cobrança e o cronograma de trabalho já foi  
250 definido com um grupo de trabalho já formado. Agora temos que definir quais as metas  
251 que queremos e que serão levados em conta no desenvolvimento do modelo e cujos  
252 resultados deverão ser discutidos nos grupos de trabalho e pelos membros do comitê em  
253 assembleia específica para este fim. Um modelo de cobrança é o desenvolvimento de  
254 fórmulas para definir qual seria o valor total dessa cobrança e qual seria o valor cobrado de  
255 cada usuário. Este modelo serve para modelar os impactos para grupo de usuários e para  
256 prevenir que algum usuário seja comprometido através desta cobrança. O estudo leva em  
257 conta a situação econômica por grupo de usuários. Não cobrar de alguns usuários é uma  
258 decisão que tem ser tomada dentro do comitê. O estudo apresenta três propostas para  
259 vocês avaliarem as possibilidades e também a importância de que essa proposta deve ser  
260 bem clara para todos. Existem vários modelos que são complicados e uma das propostas  
261 após muita discussão é que o modelo de cobrança deva ser claro para que cada usuário  
262 entenda e também deve ser exequível. Dentro disto desenvolvemos algumas idéias do que  
263 poderia ser cobrado na captação da água por uma questão de disponibilidade, o consumo  
264 da água por uma questão da quantidade que sobra para os outros, a poluição da água por  
265 uma questão da qualidade que os outros vão Ter que usar. Alguns parâmetros que  
266 deveriam ser avaliados dentro disso e alguns outros que podem ser futuramente  
267 implantados nessa questão. Também poderia ser discutida a impermeabilização do solo,  
268 por se tratar de uma questão que influência bastante as enchentes. Essa é uma questão  
269 difícil de ser discutida no Brasil, mas na Alemanha vem se desenvolvendo faz anos e é  
270 muito interessante, especialmente com a problemática das enchentes aqui no Vale do  
271 Itajaí. As barragens é outro item que pode ser discutido, principalmente pela forma como  
272 elas dão alguma segurança e pela forma como elas podem controlar a situação. Os  
273 possíveis grupos de usuários não estão definidos e o comitê deve discutir. A indústria já  
274 está clara, o uso doméstico também, a agricultura tem os rizicultores, a suinocultura e a  
275 piscicultura que são os grandes usuários. Este grupo gerou uma grande discussão na  
276 primeira apresentação. A extração de areia tem bastante influência na água. A  
277 impermeabilização do solo e a produção de energia hidroelétrica. Já está sendo efetuado o  
278 cadastro dos usuários pela Engenheira Ana Paula com o apoio da FATMA. Até agora já  
279 foram cadastrados a indústria quando elas têm um abastecimento acima de zero vírgula  
280 um (0,1) litros por segundo ou quando tem um potencial de degradação da água médio ou  
281 grande. Totalizando duzentos e cinquenta (250) indústrias no Vale. O abastecimento  
282 público: CASAN em quarenta e um (41) municípios e os SAMAE's de Pomerode,  
283 Blumenau e Gaspar que se comprometeram em repassar os dados. Extração de Areia em  
284 torno de cem (100) empresas operando. A questão mais complicada é a dos rizicultores,  
285 pecuária e piscicultura, porque são em a informação não é concentrada. Não existe um  
286 órgão que tenha todas estas informações. Este cadastro é parcial: cerca de trezentos (300)  
287 suinocultores, na piscicultura falta dados no médio e baixo vale, na rizicultura temos o  
288 cadastro do médio vale e faltam os dados do alto e baixo vale. Parques aquáticos são  
289 usuários significativos, existe um levantamento parcial, mas faltam os dados do volume de  
290 água. Estes dados deveriam ser pesquisados *in loco*. O cadastro dos geradores de energia  
291 hidroelétrica está no início. Os parâmetros para a indústria e o uso doméstico é claro, a  
292 base principal são os metros cúbicos e as concentrações das substâncias poluidoras. Na  
293 agricultura, na rizicultura e na piscicultura poderiam ser os hectares, na suinocultura  
294 poderia ser as cabeças dos animais que ele possui. No porto ainda não temos uma idéia  
295 do que poderia ser o parâmetro. Na extração de areia o metro cúbico de areia e na  
296 geração de energia hidroelétrica já existe uma fórmula que foi criada para as grandes

297 hidroelétricas e que poderia ser aplicada para as menores. A impermeabilização do solo  
298 também não tem parâmetro. Primeiramente deve se discutir se aplicamos este parâmetro  
299 ou não. • Manifestações: Quem é ou não usuário – posto de gasolina, oficinas mecânicas  
300 não constam da lista. Resposta: Os postos foram cadastrados, mas não sabemos como  
301 classificá-los em usuários da água. Isso depende de uma definição do comitê. Pergunta:  
302 Seriam os postos de lavagem de veículos? Resposta Exatamente. Temos cadastrados  
303 seiscentos (600) postos na região. • Professora Beate levanta uma questão importante já  
304 mencionada em outra assembléia. Está em andamento no estado a regulamentação da  
305 política estadual de recursos hídricos. Este projeto de regulamentação já está pronto. Ele  
306 inclui uma fórmula de cobrança, o que vai simplificar o trabalho dos modelos, porque ele é  
307 agora objeto de um decreto lei do estado. O que significa que já não mais precisamos  
308 quebrar a cabeça em cima disto e sim em como encontrar os parâmetros adequados para  
309 aplicar aquela fórmula que o decreto propõe. Coloca a disposição dos interessados o  
310 endereço eletrônico onde se pode ter acesso a esses documentos. São decretos, projetos  
311 de lei e este modelo de cobrança. Esta discussão será aberta a todos. • Manifestação: O  
312 recurso recolhido pela rizicultura vai ser utilizado na rizicultura ou vai ser em geral.  
313 Christoph diz não poder responder isso, mas dá uma idéia. Por exemplo: o que vai ser  
314 recolhido na rizicultura não necessariamente vai ser aplicado na rizicultura porque pode  
315 muito bem ser que você está causando um efeito digamos uma carga sobre a água. Como  
316 rizicultor, então, poderia ser muito oportuno investir o dinheiro, que está sendo recolhido na  
317 rizicultura, nesta estação de água. Não vai ser assim direto. Será aplicado dentro da Bacia  
318 e será definido pelo comitê a lista de prioridades. • Gustavo Cursio da Embrapa – Tenho  
319 uma preocupação muito grande quanto à questão da água. Gostaria de saber se alguma  
320 ação em andamento com relação ao usuário da água, mas também ao que causa a  
321 degradação na qualidade da água por sedimentos provenientes por erosão. Vocês em  
322 alguma modelagem ou estão pensando em desenvolver alguma no seguinte sentido. Um  
323 agricultor que tenha dez (10) hectares e o usa de forma compatível ao potencial de uso e  
324 outro que tenha os mesmos dez (10) hectares e usa de forma incompatível gerando  
325 degradação. Quer dizer, a quantidade de sedimentos que serão verificados no leito do rio  
326 de forma bastante distintas. Existe alguma modelagem neste sentido. **Christoph:** Não  
327 posso responder isso claramente, pois depende do projeto de lei que já existe as formas  
328 de serem cobrados. Mas eu duvido que possa ser tão aprofundado porque isso se refere  
329 muito à questão de desequilíbrio. É difícil de destacar até aonde é uso de solo compatível  
330 e até onde é incompatível. Você está dando um exemplo de agricultura, mas nós temos  
331 milhares de exemplos em todas as outras formas de uso da água. Entendo o que você  
332 está falando, mas acho muito difícil de implantar exatamente esta questão. Uma coisa que  
333 foi discutida na ultima reunião é, por exemplo, a possibilidade de liberar um agricultor que  
334 está plantando uma mata ciliar na margem que está deixando de explorar a margem do rio  
335 que ele seria liberado da cobrança, isso são idéias que foram desenvolvidas na última  
336 reunião. **Gustavo Cursio da EMBRAPA pergunta:** É que no Paraná existe hoje um  
337 Comitê de fiscalização de uso do solo e a partir do momento que o agricultor é identificado  
338 como um agente de poluição em termos de erosão. Ele primeiro entra com informação  
339 técnica para aprimorar o uso da terra. A partir da segunda ele passa a receber uma  
340 punição e cada vez mais aumentando a punição. Uma das formas que eu acho  
341 importantíssimo é a gente detectar quais são os agricultores que estão se utilizando da  
342 terra de forma imprópria e de uma maneira inicial começar com uma conscientização, mas  
343 a partir do momento que ele não se atrela a parte de ação da conscientização ele passa a  
344 ser punido e com isso da aí sobretaxa, isso é uma forma efetiva de controlar os  
345 sedimentos que entra no rio. É o que acabamos de fazer lá. Não adianta a gente colocar  
346 mata ciliar e o cara não dá sedimento por erosão lá em cima. **Sr. Hans Prayon:** A idéia é

347 essa mesmo. Por exemplo, nós temos poluidores e temos usuários que ganham dinheiro  
348 com a água. Temos outros que já cuidam da água que já fazem aquilo que é necessário  
349 para que o rio não seja poluído. E nós temos aqueles que vão ter que pagar, por exemplo:  
350 CASAN, SAMAE. Nós queremos garantir se for possível tanto para CASAN como para  
351 SAMAE que eles recebam uma água mais limpa. Com isto o custo delas vai descer e elas  
352 vão pagar por isto. Não por, isto, mas vão pagar por interesse, como o próprio presidente  
353 da CASAN me disse que ele aguarda e precisa dessa ajuda da comunidade para melhorar  
354 a matéria prima dele: que é a água. Água que ele tira do corpo da água e que precisa ser  
355 limpa e quanto mais poluída pior é a situação dele. Então é claro que nós também  
356 podemos fazer essa diferença entre uma indústria, por exemplo, que polui e usa a água e  
357 deixa-a simplesmente no ribeirão ou rio e outra que investiu milhões de dólares para fazer  
358 tratamento da água que deixa a água entrar no rio muitas vezes mais limpa do que a outra.  
359 Nós temos com essa cobrança uma possibilidade de melhorar realmente a qualidade e  
360 não só cobrar daquele que usa a água e não polui de maneira sustentável. Ai já seria uma  
361 taxa. Então se for possível fazer isto ai nós vamos ter muito mais facilidade de convencer a  
362 sociedade de pagar por alguma coisa que ela mesmo sabe que está causando prejuízos.  
363 **Cíntia:** Projeto de pesquisa com o Comitê do Itajaí em parceria com a EPAGRI e a  
364 Universidade Federal de Santa Catarina e estamos aguardando recursos da ANA  
365 respondendo talvez a preocupação do Cursio de que vai testar uma metodologia de  
366 monitoramento ambiental de controle de erosão onde se poderia identificar num âmbito de  
367 uma bacia hidrográfica uma micro bacia o uso do solo que está sendo feito pelos  
368 agricultores. Não de punir, mas de valorizar e de estimular as comunidades rurais no  
369 controle da erosão. E também junto seria feito este trabalho de monitoramento participativo  
370 com uma estratégia de percepção e junto aos agricultores para estimular e valorizar o  
371 trabalho delas dentro do Comitê de Bacias. Está é a intenção do trabalho. **Sr. Prayon:**  
372 Muito bom. **Presidente do Sindicato dos Agricultores de Mirim Doce:** É um  
373 preocupação grande quando se fala na cobrança da água porque o agricultor não agüenta  
374 mais tanta taxa. Eu vou esclarecer uma coisa para vocês, será que são os agricultores que  
375 são culpados? Das indústrias que pouco se fala mais se fala do meio rural. Eu concordo  
376 que temos que nos conscientizar que temos que tratar das águas, tem que cuidar da água.  
377 Mas eu acho que o agricultor é o burro de carga. Perdoem-me por tais colocações porque  
378 ele não tem mais da onde tirar. Na verdade quem produz o veneno? As indústrias que  
379 buscam o suíno na nossa propriedade, as indústrias que compram nosso arroz e assim por  
380 diante. Se nós começarmos a citar tem vários, no perímetro urbano os esgotos em muitos  
381 lugares se vê correr a céu aberto e isso não se fala muito. Eu aqui escutei muito pouco.  
382 Pode ser que a conversa ainda chega nesse ponto. É uma preocupação sim, porque o  
383 agricultor é um burro de carga de todo mundo. **Christoph:** Para esclarecer primeiro talvez  
384 devesse desculpar que se falou tanto em agricultura, mas na verdade é porque é a nossa  
385 preocupação maior porque nós sabemos que para os agricultores a situação está muito  
386 complicada. O Sr. Prayon vai dizer que para a indústria também está muito complicado e  
387 isto nós sabemos. Mas nós temos mais ou menos, claros indicadores como medir a  
388 poluição da indústria da SAMAE, da CASAN porque nós temos as concentrações que nós  
389 podemos medir. Mas para desenvolver um modelo que não seja assim prejudicial aos  
390 agricultores, só estamos falando tanto dos agricultores. E eu posso já dizer que a maior  
391 contribuição com toda certeza, para essa cobrança, pelo valor total da cobrança pela água,  
392 vai ser pela indústria e pela CASAN e pelas SAMAES. Isso com toda certeza. A  
393 participação da agricultura vai ser muito menor. Mas qual seria o valor? Isso é uma  
394 decisão aqui dentro e eu espero que depois de ter os dados do cadastro já vamos ter as  
395 primeiras idéias no início do ano que vem. Talvez fosse bom explicar o que é um usuário  
396 da água; é aquele que usa a água para algum fim. Será aquele que retirar a água, que

397 retêm água, a que evapora ou ele produz alguma coisa e vende com essa água ou ele usa  
398 a água para limpar seus produtos e lança essa água mais suja, ou ele usa para aumentar  
399 as plantas e juntamente com isso também vai lançar agrotóxico ou ele usa a água para os  
400 peixes ou ele usa a água para ter os navios ou ele usa a água para retirar a areia, limpar a  
401 areia, vender a areia ou ele usa a água para gerar energia. Tudo isso e mais são usuários  
402 de água. Todo mundo que usa a água de alguma forma, na minha visão, até a prefeitura  
403 que usa as águas para se livrar das águas pluviais (de chuva) que vão parar no rio e que  
404 vão provocar enchentes também. Só que isto é uma questão muito complicada e será  
405 muito difícil implantar isto. A Prof. Beate Frank esclarece a aplicação dos recursos do  
406 FEHIDRO. Várias vezes aqui nesta assembleias nós falamos da solicitação de recursos ao  
407 governo do estado e na última assembleia aprovamos uma moção para solicitar  
408 oficialmente os recursos que foram prometidos. Eu deveria dizer que esses recursos já  
409 começam a vir. Chegou à primeira parcela de vinte mil reais de um convênio no valor de  
410 sessenta mil reais que foi assinado entre o comitê e o governo do estado através da ACIB  
411 que é a entidade que está fazendo a administração deste recurso. Todo este recurso está  
412 sendo voltado para o PRMC. Além disto, nós temos outro anúncio muito importante  
413 recente. Em setembro a Assembleia legislativa do estado aprovou uma lei que repassou  
414 três milhões de reais para o FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos dos quais  
415 um milhão e duzentos mil destinam-se aos Comitês de Bacias Hidrográficas de Santa  
416 Catarina ainda no ano de 2001. Já em 2002 outros recursos estarão disponíveis para os  
417 trabalhos dos Comitês de Bacias a grande questão então que surgem aonde os Comitês  
418 vão, ou seja, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos vai discutir este recurso, como ele  
419 vai dividir este recurso entre os nove Comitês de Bacias que já existem em Santa Catarina  
420 e mais dois grupos que estão em formação. Então o Fórum Catarinense de Comitês de  
421 Bacias elaborou uma proposta de rateio destes recursos para 2001. Isso foi submetido ao  
422 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, ao secretário João Macagnan, e estamos  
423 aguardando uma manifestação neste sentido. O Fórum de Comitês passou cinco horas  
424 discutindo até chegar nesta proposta. Todos os onze Comitês foram avaliados de acordo  
425 com fatores estratégicos da gestão da Bacia e efeitos hidro-ambientais, ou seja, os  
426 problemas com a água naquela bacia e isto resultou numa pontuação de um a quatro a  
427 qual foi denominada de “disposição para agir”. Então a Bacia do Itajaí, ou seja, o Comitê  
428 do Itajaí e o Comitê do Tubarão ficam com quatro pontos de disposição para agir e os  
429 outros Comitês: Camboriú ficou com três, Cubatão do Norte um, Rio Canoas um Comitê da  
430 Lagoa da Conceição dois, e assim por diante, gerando no total vinte e seis pontos de  
431 disposição para agir no conjunto dos Comitês em Santa Catarina. Com isso propomos o  
432 seguinte rateio: valor de um milhão e duzentos mil seja dividido por vinte e seis (26) pontos  
433 gerando uma parcela unitária de quarenta e seis mil, cento e cinqüenta e três reais, oitenta  
434 e quatro centavos (R\$ 46.153,84) e que cada Comitê passasse a receber este valor de  
435 parcela unitária vezes aqueles pontos de disposição para agir, com isso o Comitê do Itajaí  
436 receberia ainda este ano cento e oitenta e quatro mil, seiscentos e quinze reais (R\$  
437 184.615,00). Pode ser que o Estado resolva distribuir um pouco menos, também não  
438 sabemos ainda se ele vai aceitar esta proposta. Mas o Secretário João Macaganan  
439 mencionou querer os Comitês apresentando uma proposta de como fazer a divisão, onde  
440 apresentamos esta. A questão agora é como este recurso pode ser aplicado. Vejam que  
441 esta é a primeira vez que podemos aplicar um recurso do Fundo Estadual de Recursos  
442 Hídricos. Existe uma restrição legal na aplicação deste recurso: Só pode ser aplicado em  
443 programa aprovado pelo Comitê. Hoje o programa que nós temos aprovado é o Programa  
444 RMC então devemos aplicar os recursos neste programa. E já discutimos isto na CC com  
445 a seguinte sugestão: Que este recurso seja utilizado integralmente no custeio da produção  
446 de mudas para os projetos municipais do PRMC com valores entre cinco e dez mil por

447 município, beneficiando aqueles municípios que estão mais ativos dentro do PRMC. Isto  
448 então seriam os recursos que estarão disponíveis agora a partir de dezembro, janeiro e  
449 fevereiro conforme as definições, que nós estamos aguardando da Secretária Estadual do  
450 Meio Ambiente. Portanto isto seria um estímulo para os municípios trabalharem rápido na  
451 organização de seus planos municipais para, então poder haver o repasse deste recurso  
452 para a produção de mudas para tocarem os projetos municipais. Então isto é uma grande  
453 notícia. Isto é só para este ano. No próximo ano haverá mais recursos especificamente  
454 deste Fundo Estadual de Recursos Hídricos. O Sr. Hans Prayon agradeceu a boa notícia e  
455 parabeniza o Fórum de Comitês pelo trabalho executado no consenso da proposta de  
456 divisão dos recursos entre Comitês. **Semana da Água.** Professora Ivani solicita aos  
457 municípios aqui representados que peçam ao seu respectivo coordenador municipal que  
458 enviem o relatório de atividade desenvolvidos durante a Semana da Água, para que  
459 possamos como nos outros anos fazer as nossas estatísticas e ver como foram os  
460 resultados e conhecer o tipo de atividades foram desenvolvidas, o que deu certo o que se  
461 sugere para os próximos anos enfim estes dados são muito importantes para avaliar a  
462 ação Semana da Água de 2001. • Palavra Livre: Professor Lauro Bacca agradece o  
463 espaço e informa a possibilidade de ser criada ainda este ano o Parque Nacional da Serra  
464 do Itajaí. Trata-se de uma área de tamanho expressivo, chegando a ter cinquenta mil  
465 hectares e atinge oito municípios: Apiúna, Blumenau, Indaial, Gaspar, Botuverá,  
466 Guabiruba, Presidente Nereu, Vidal Ramos. Deste Parque sai água Classe um. Este  
467 Parque vai contribuir com vinte mil metros cúbico de água classe um para o Vale do Itajaí,  
468 Áreas próprias para a agricultura estão fora do parque. Nenhuma área com moradores  
469 será atingida pelo parque. Os municípios integrantes do Parque serão beneficiados, pois  
470 está para sair na Assembléia Legislativa à lei do ICMS ecológico. Solicita o apoio do  
471 Comitê do Itajaí, se for necessário, para que o Parque seja de fato implantado. O Sr.  
472 Prayon menciona que participou desta decisão por ser membro do Comitê da Biosfera da  
473 Mata Atlântica de Santa Catarina representando a FIESC e orgulha-se deste trabalho.  
474 Ressalta que sob a coordenação do Professor Lauro Bacca, vem lutando há muito tempo  
475 para a implantação deste Parque. Parabeniza pelo trabalho e deseja que o Parque se  
476 torne realidade. O presidente agradece a todos aqueles que participaram desta  
477 Assembléia, principalmente os prefeitos e procuradores do estado, que estiveram  
478 presentes e infelizmente, por compromissos assumidos anteriormente tiveram que se  
479 ausentar e se desculparam devidamente. Ao nosso pessoal, membros do Conselho, parte  
480 do Governo Estadual e a todos que contribuíram hoje com os informes, com votos  
481 positivos e com as decisões unânimes que conseguimos nesta assembléia. Ressaltou sua  
482 satisfação e comoção com as palavras do Procurador que mostra a importância que o  
483 Governo está dando ao nosso movimento. Movimento puro, simples e democrático. Isto é  
484 graças a vocês, ao seu comparecimento, as suas contribuições. Agradeço também ao  
485 Presidente da PROEB Sr. Carlos Braga Muller, que cedeu tanto o Auditório para a  
486 Assembléia como o Pavilhão B para a realização da exposição dos trinta e sete (37)  
487 municípios que mostra os trabalhos já desenvolvidos com o PRMC. Agradece a todos que  
488 coordenam as ações do Comitê e que já conquistamos o respeito e a colaboração de  
489 todas as entidades, de todas as prefeituras, e também do Governo Estadual, Federal, bem  
490 como da ANA – Agência Nacional de Águas. Nada mais havendo a tratar, eu Oscar José  
491 Graf secretário lavro a presente ata que vai por mim assinada e pelo Sr Presidente.